

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PARTICIPAÇÃO AMPLA

PROCESSO ELETRÔNICO nº: 202600047001328

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

OBJETO: Aquisição de 02 (duas) televisões de 98 polegadas.

DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO: 10/07/2026 às 09:00 h - Horário de Brasília

LOCAL: Sistema Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> - UASG: 925400

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS – TCE-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.291.730/0001-14, com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás, na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2696, CEP – 74.674-015, por intermédio do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, instituídos pela **Portaria nº 729/2025**, tornam público o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026**, processo eletrônico nº **202600047001328**, sob critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, licitação que será regida pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações correlatas e a IN 73/2022, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações, e demais exigências deste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, por meio de Sistema Eletrônico, acessado por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

I - Início de acolhimento de propostas:
30/06/2026 às 08h00min – Horário de Brasília;

II – Limite de acolhimento de propostas:
10/07/2026 às 08h59min – Horário de Brasília;

III – Data e hora do Pregão:
10/07/2026 às 09h00min – Horário de Brasília;

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local (endereço eletrônico) estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Agente de Contratação em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente edital a aquisição de 02 (duas) televisões de 98 polegadas, conforme descrição e quantitativos abaixo listados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD
01	Televisor de 98 polegadas, Smart TV, resolução mínima 4K, conectividade compatível com uso institucional, conforme especificações do Termo de Referência.	Unidade	02

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações e quantidades deste objeto descritas no Edital e as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Estudo Técnico Preliminar.

Anexo II: Mapa de Riscos.

Anexo III: Termo de Referência.

Anexo IV: Orçamento Estimativo.

Anexo V: Minuta de Contrato.

Anexo VI: Modelo de Proposta de Preços.

Anexo VII: Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação.

Anexo VIII: Modelo de Declaração de não empregar menor.

Anexo IX: Modelo de Declaração de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno porte-EPP e de não celebração de contratos com a administração que extrapolem o limite de enquadramento.

Anexo X: Modelo de Declaração que não possui parentesco.

Anexo XI: Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

Anexo XII: Declaração de Proposta Integral, englobados os direitos trabalhistas.

Anexo XIII: Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social e aprendiz.

Anexo XIV: Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

2.2. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e divulgará as

respostas, que vincularão os participantes e a Administração, no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e na plataforma em que será realizada a licitação.

2.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: licitacoes@tce.go.gov.br.

2.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação, será oportunamente definida e publicada nova data para a realização do certame.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO** os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. Não poderão participar deste pregão:

3.2.1. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.2.4. Entidades empresariais cujo sócio, ou, no caso de sociedades anônimas, cujo diretor seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo do Anexo X deste Edital.

3.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.7. Entidades empresariais que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação.

3.2.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.2.9. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.2.10. Pessoas jurídicas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de contratação de alta complexidade ou de grande vulto financeiro, sendo plenamente possível a execução do objeto por empresas atuantes no mercado de forma individual.

3.3. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderão apresentar uma única proposta de preços.

3.3.1. Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou

representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

3.4. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas por este Tribunal, sujeitando o licitante às penalidades da Lei 14.133/2021.

3.5. Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao TCE-GO poderá ser elegível para participar deste processo licitatório.

3.6. A aplicação do governo federal, denominada “Compras.gov” (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), será a provedora do Sistema Eletrônico em que será processado este Pregão.

3.7. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.9. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.1. A disputa deste certame é aberta a quaisquer empresas que preencham as condições previstas no presente edital e termo de referência anexo.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.3. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e pela Lei Estadual nº 17.928/2012 deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico, a sua condição de ME ou EPP. Essa declaração é necessária para o processamento do tratamento diferenciado no procedimento licitatório.

4.3.1. Essa identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na Sessão pública do Pregão Eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances.

4.3.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.3. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3.3.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

4.3.3.2. O intervalo percentual estabelecido será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

4.3.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.3.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.3.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese e em ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.3.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos será realizado entre elas sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.3.4.3.1. Na hipótese da não-contratação o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame e somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.5. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances ou a contar da convocação do agente de contratação, sob pena de preclusão.

4.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.4.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.4.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.4.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.5. cujo sócio ou titular de fato ou de direito seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

4.4.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.4.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.4.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.4.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.4.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.4.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do objeto deste certame, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade;

4.4.12. que tenha filial, sucursal, agência ou representação no exterior.

4.5. O licitante que prestar declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ficará sujeito às sanções previstas neste edital.

4.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observados os direitos dos participantes.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não é permitida a subcontratação conforme parágrafo segundo do art. 122 da Lei 14.133/21.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração pública;

6.2.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.2.6. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas pelo licitante, no sistema, assumidos como firmes e verdadeiros suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, em licitações, ainda que seja por terceiros.

6.3. A falsidade da declaração de que trata este artigo sujeitará o licitante às sanções mencionadas neste edital.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 6.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total da soma dos itens e o total do lote/grupo;

7.1.2. Marca/Modelo;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 10,00 (dez) reais**.

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

8.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.13.1. Caso ainda assim ocorra um empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.18.1.1. Na inviabilidade da realização do procedimento indicado no item anterior, o Agente de Contratação poderá liberar para julgamento o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação, com a utilização dos critérios de desempate, quando for o caso.

8.18.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

8.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.18.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.18.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.18.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.19. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e condições de participação previstas neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.1.4. O CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais <https://www.go.gov.br/spr/economia/emitir-declaracao-do-cadin-estadual>.

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.5.1. conter vícios insanáveis;

9.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.7. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

9.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8.1. Também poderão ser efetuadas diligências ou solicitados documentos complementares, a exemplo de fotos, manuais, catálogos e testes, caso haja dúvidas sobre a conformidade da proposta com as especificações técnicas pormenorizadas ou com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos (art. 59, incisos II e V da Lei Federal nº 14.133/2021).

9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9.1. Por ocasião da análise da proposta apresentada pelo licitante, ainda que o julgamento seja pelo menor preço global, os preços unitários também serão submetidos à apreciação, podendo ser determinada diligência caso haja distorções significativas de proporcionalidade em relação aos preços constantes da planilha de custos da licitação.

9.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.12. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Eventuais documentos exigidos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da convocação dos anexos pelo agente de contratações no sistema, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados exclusivamente pelo próprio sistema eletrônico compras.gov, sendo:

10.2.1. Certificado de Regularidade de Registro Cadastral de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás (CADFOR).

10.2.2. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás (CADFOR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

10.2.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física e do representante com poder de administração da pessoa jurídica. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

10.2.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.2.4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.2.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.4.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

10.2.4.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

10.2.4.5. Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Goiás para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e

10.2.4.6. Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

10.2.4.7. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.2.5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.2.5.1. considerando o valor estimado da contratação, a natureza padronizada do objeto, a entrega em parcela única e o baixo risco de inadimplemento com repercussão financeira relevante, não será exigida documentação específica de qualificação econômico-financeira.

10.2.5.2. a exigência de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, aliada ao pagamento somente após o recebimento definitivo do objeto e à previsão de sanções administrativas em caso de inadimplemento, mostra-se suficiente para resguardar o interesse público, sendo desnecessária e desproporcional a exigência de outros requisitos econômico-financeiros no caso concreto.

10.2.6. Os licitantes deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação a seguinte documentação complementar:

10.2.6.1 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do **Anexo VII** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;

10.2.6.2. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor (es) de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14

(quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do **Anexo VIII** deste edital;

10.2.6.3. Declaração, sob as penas da lei, a ser apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme modelo constante do **Anexo IX** deste edital.

10.2.6.4. Declaração, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo constante do **Anexo X** deste Edital;

10.2.6.5. Declaração, sob as penas da lei, de sustentabilidade ambiental, conforme modelo constante do **Anexo XI** deste Edital, que poderá ser apresentada assinada na etapa contratual para o adjudicatário;

10.2.6.6. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo constante do **Anexo XII** deste Edital;

10.2.6.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para menor aprendiz, pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, conforme modelo constante do **Anexo XIII** deste Edital;

10.2.6.8. Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018, conforme modelo constante do **Anexo XIV** deste Edital;

10.2.7. De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da

documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.2.8. A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

10.2.9. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.2.10. Na hipótese do item 10.2.7, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.2.11. Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

10.2.12. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

10.2.13. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.2.13.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.2.14. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.15. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.2.16. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.2.17. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.2.18. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.2.19. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.2.20. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.2.20.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.2.21. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.2.21.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.2.22. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.2.23. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

10.2.24. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.2.25. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.2.25.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.2.25.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.2.26. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.2.27. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.2.28. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.2.29. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.3.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, com as motivações, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso com a sua motivação para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://paineis.tce.go.gov.br/sense/app/fb4096af-1529-4060-9b8f-e612065c2b21/sheet/b284477e-f44-4a3c-867f-6a37675b9ac6>

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 Encerradas as fases do julgamento, da habilitação e recursal, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que observará o disposto no art. 71 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade do Conselheiro Presidente do TCE-GO e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora.

12.3. Quando houver recurso e o(a) Agente de Contratação mantiver sua decisão, deverá esta ser submetida à autoridade competente para decidir acerca dos atos do(a) Agente de Contratação.

12.4. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido neste Edital.

13. DA FISCALIZAÇÃO, DO PAGAMENTO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

13.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão aos servidores designados no inciso III do art. 13 da Portaria nº 729/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sendo Suellen Carina Lopes de Queiroz (Gerente de Administração), como gestora e Silvio Rubens da Souza Valadão (Chefe do Serviço de Material e Patrimônio) como fiscal.

13.2. À fiscalização caberá ainda:

13.2.1. Assegurar-se da boa qualidade dos materiais recebidos, verificando sempre a conformidade dos mesmos com as especificações das marcas e modelos de referência;

13.2.2. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quando da necessidade de aplicação de sanções, alterações e reajuste do Contrato.

13.3. A fiscalização nos moldes do Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás ou a terceiros, resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou defeitos ocultos de serviços que os desqualificam para o uso normal e rotineiro e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do TCE-GO ou de seus agentes e prepostos.

13.4. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás caberá:

13.4.1. Apresentar à CONTRATADA as observações, reclamações e exigências que se impuserem em decorrência da Fiscalização;

13.4.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos materiais, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência.

13.5. À CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos materiais considerados inadequados pelo Fiscal.

13.6. A Nota Fiscal dos materiais entregues deverá ser remetida, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação à data de seu vencimento, para que o Gestor do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, emitir o Aceite Definitivo.

13.7. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

13.8. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, os fatos serão informados à CONTRATADA, para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

13.9. O aceite da entrega do objeto por força desta contratação, será feito mediante ateste das Notas Fiscais.

13.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

13.11. O pagamento será efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente liquidada e atestada pela Gerência de Administração e, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Termo de Referência.

13.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.13. O pagamento será creditado em favor da contratada, por meio de Ordem Pagamento, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isto, ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

13.14. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

13.15. Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a contratada deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal/INSS, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação “ON LINE”, sendo suspenso o pagamento, caso esteja irregular.

13.16. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório na legislação vigente, no Manual de Sanções deste Tribunal e Regulamento interno de sanções, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei federal nº 14.133, de 2021.

13.17 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

13.18. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

13.19. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

13.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

13.20.1. A CONTRATADA deverá estar ciente de que o Tribunal é obrigado a efetuar a retenção, na fonte, do imposto de renda incidente sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas, com exceção das empresas que se enquadram nas hipóteses estabelecidas no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

13.21. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.22. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá manter, durante toda a execução contratual e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

13.23. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.24. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, por não se tratar a pretensa contratação de hipótese de exceção prevista no art. 145 da Lei Federal 14.133/2021.

14. DO VALOR ESTIMADO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **32.231,70 (trinta e dois mil, duzentos e trinta e um reais e setenta centavos)**, conforme orçamento estimado constante do Anexo IV deste edital.

14.2. As despesas decorrentes deste certame, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário 2026 0201 01 032 4200 4.215 e serão enquadradas na Natureza de Despesa 4.4.90.52.14 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto.

14.3. Não serão aceitas propostas cujos custos unitários e global sejam superiores aos valores estimados pela Administração.

14.4. Os preços estimados especificados neste Termo de Referência, unitários e global, correspondem aos preços máximos pelos quais o objeto poderá ser adjudicado, não sendo admitida a adjudicação por valores superiores aos constantes neste instrumento.

14.5. Não se admitirá a alteração dos preços unitários propostos que se encontravam inferiores aos estimados como forma de compensar a adequação dos preços unitários superiores.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar o instrumento contratual.

15.2. Os representantes legais deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica do(a) contrato, por meio do SINI, no sítio do Tribunal de Contas do Estado (<https://portal.tce.go.gov.br>).

15.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

15.4. Por ocasião da assinatura do **instrumento contratual**, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

15.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pelo TCE-GO.

15.6. Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

15.7. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta de preços da empresa adjudicatária, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

15.8. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo contratual ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no item 15.1, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções indicadas pelo art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

15.9. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital de licitação, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

15.9.1. Na hipótese de o adjudicatário da licitação não comprovar as condições de assinatura do contrato consignadas no edital de licitação, recusar-se a assinar o contrato ou não aceitar o instrumento equivalente, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação.

15.10. Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, ocasião em que será verificada a conformidade da proposta, o atendimento dos requisitos de habilitação e os eventuais documentos complementares.

15.10.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.10.2. Em caso de rescisão contratual ou de anulação da nota de empenho, ocorrida(s) em virtude de inexecução parcial ou total, será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do objeto, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 15.10 e 15.10.1 deste instrumento.

16. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1. O prazo previsto para a vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 111 da Lei nº 14.133/2021, caso o objeto não seja concluído no prazo inicialmente previsto, ressalvadas as providências cabíveis em caso de culpa da contratada.

17. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

17.1. A periodicidade para eventual reajuste de preços do contrato será anual, contando-se a partir data da elaboração do orçamento estimativo, no dia 09/04/2026, adotando-se como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrido nos últimos 12 (doze) meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

18. DOS PRAZOS, FORMA DE ENTREGA E GARANTIA

18.1. Após a assinatura do instrumento contratual, que será encaminhado à CONTRATADA em formato digital, o prazo máximo para entrega dos bens será de até 15 (quinze) dias corridos. O retardamento no fornecimento dos itens, não justificado, considerar-se-á como infração contratual.

18.2. Os materiais deverão ser entregues na sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizada na Av. Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO, em horário comercial, conforme acordado com a CONTRATANTE.

18.3. Todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da CONTRATADA.

18.4. Os bens fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor.

18.5. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, os equipamentos que apresentarem defeitos, vícios ou avarias que comprometam seu funcionamento adequado.

18.6. A garantia abrange a correção de defeitos de fabricação e a substituição de componentes defeituosos, sem qualquer ônus para a Administração.

18.7. No caso de substituição do equipamento, o novo item entregue deverá possuir garantia nas mesmas condições originalmente estabelecidas.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Os licitantes e contratados serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Garantida a prévia defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) o caráter educativo da pena;
- f) o princípio da proporcionalidade;
- g) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.5. A sanção de multa, calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital.

19.5.1. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

19.5.2. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “b”, “c”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

19.5.3. Poderá ser aplicada ainda multa moratória, incidente sobre a parcela de fornecimento ou serviço não realizado, nos seguintes percentuais:

a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) 0,7% (sete décimos por cento) por dia subsequente ao trigésimo.

19.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo de máximo 3 (três) anos.

19.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.10. A aplicação da sanção de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.11. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos ao contratado

ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

19.13. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

19.14. As sanções previstas deste tópico são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

19.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se os prazos e o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 13.800/2001 e na Resolução Administrativa nº 12/2025 desta Corte de Contas, que disciplina o procedimento sancionatório no âmbito do TCE-GO.

19.16. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

19.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do Contrato, estando sujeitos às sanções previstas na legislação aplicável.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. São obrigações do TCE-GO:

21.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto do Termo de Referência.

21.1.2. Permitir que somente pessoas autorizadas pela empresa vencedora prestem serviço de entrega técnica e assistência técnica nos equipamentos objeto do termo de referência, dentro do prazo de garantia ou em sede de assistência técnica.

21.1.3. Receber e conferir os bens entregues, verificando sua conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

21.1.4. Rejeitar o recebimento dos equipamentos e utensílios que não estiverem em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

21.1.5. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

21.1.6. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas as condições contratuais.

Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato, fixando prazo para sua correção.

21.1.7. Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto do termo de referência por meio do fiscal do contrato, designado pela Administração.

21.1.8. Aplicar as sanções administrativas previstas na legislação e no contrato, quando cabível.

21.2. São obrigações da CONTRATADA cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no item 5 do Termo de Referência e na cláusula Quarta da Minuta Contratual, que fazem parte integrante do presente Edital.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do contratante, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o licitante tenha direito a qualquer indenização.

22.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

22.3. É facultado ao Agente de Contratação ou à Autoridade Competente, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo,

vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

22.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta Licitação.

22.5. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Agente de Contratação.

22.6. A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo TCE-GO.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expedientes normais.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

22.9. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado proposta de preços.

22.10. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do comprador, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11. O objeto da presente Licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme previsto no art. 124 da Lei 14.133/2021.

22.11.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

22.12. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

22.13. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

22.14. O Edital e seus Anexos, além de poderem ser visualizados nos sites comprasnet.gov.br e www.tce.go.gov.br, poderão ser obtidos na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (com prévio recolhimento de taxas limitado ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida), localizado na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2852, CEP 74.674-015.

22.15. Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e Lei Complementar nº 131 – Lei da Transparência, a participação no presente certame pressupõe a aceitação de que os dados pessoais fornecidos pelos licitantes no decorrer do procedimento licitatório serão de conhecimento público, podendo ser divulgados no Portal do TCE-GO.

22.16. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelos telefones (62) 3228-2696 (Tribunal de Contas do Estado de Goiás – Serviço de Licitações) ou pelo e-mail: licitacoes@tce.go.gov.br.

22.17. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia - Goiás, para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Goiânia, 26 de junho de 2026.

MILENA GEBRIM BRAGA NUNES
ELABORAÇÃO DO EDITAL

NILSON ELIAS DE CARVALHO JUNIOR
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

LUIS CARLOS DE GOUVEIA COELHO
EQUIPE DE APOIO

LIDIA LABORÃO MEIRELLES
EQUIPE DE APOIO

PAULO HENRIQUE BORGES DA SILVA
EQUIPE DE APOIO

POLYANE VIEIRA MEIRELES
EQUIPE DE APOIO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO nº 202600047001328

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, da Lei n. 14.133/2021):

1.1. A presente solicitação tem por finalidade a aquisição de **2 (duas) televisões de 98 polegadas**, destinadas ao atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, sendo uma para a sala de reuniões da Secretaria de Controle Externo e outra para a Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, conforme demanda formalizada pela unidade requisitante.

1.2. A demanda decorre da necessidade de dotar os ambientes institucionais mencionados de recursos audiovisuais adequados para apoio a reuniões técnicas, apresentações, exposições de painéis, análise de dados, compartilhamento de informações, videoconferências e demais atividades administrativas e finalísticas que exijam visualização ampliada de conteúdo.

1.3. Conforme consignado no Memorando nº 225/2026 – SEC-CEXTERNO, a solicitação está alinhada às diretrizes do Plano Estratégico 2021–2030 do TCE-GO, especialmente no que se refere ao aprimoramento da gestão de desempenho, da governança, do planejamento e da melhoria contínua da gestão organizacional, revelando-se medida voltada ao aperfeiçoamento da infraestrutura de apoio às atividades institucionais.

1.4. A inexistência dos equipamentos pretendidos, ou a manutenção de infraestrutura inadequada à dimensão dos ambientes e à natureza das atividades desenvolvidas, pode comprometer a eficiência das reuniões, dificultar a adequada visualização de conteúdos técnicos por múltiplos participantes, reduzir a qualidade da comunicação interna e prejudicar o desempenho das atividades de apoio à tomada de decisão.

1.5. Considerando os elementos constantes dos autos, verifica-se que a aquisição pretendida possui natureza de fornecimento de bem permanente, com características padronizadas e usuais de mercado, apto a ser especificado objetivamente e amplamente ofertado por diversos fornecedores, circunstância que, em tese, revela compatibilidade com a adoção da modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da legislação aplicável. O detalhamento da solução e a confirmação de sua adequação serão apresentados nos itens subsequentes deste Estudo Técnico Preliminar.

1.6. Dessa forma, o presente Estudo Técnico Preliminar reúne o conjunto de informações necessárias à avaliação da viabilidade e da melhor solução para a aquisição de televisores de 98 polegadas, cujas especificações técnicas e demais condições de execução serão oportunamente detalhadas no Termo de Referência, em conformidade com o modelo institucional adotado por esta Corte de Contas.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, inciso II, da Lei n. 14.133/2021):

2.1. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conforme item 60, classificado na natureza de despesa 4.4.90.52.14 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto (materiais de investimento), vinculado à unidade demandante SERV-MATERIAL, por meio do Documento de Formalização da Demanda nº 81/2026, com valor estimado de R\$ 80.000,00.

2.2. O registro constante do PCA possui caráter genérico, contemplando a aquisição de equipamentos audiovisuais de forma ampla, sendo plenamente compatível com o objeto da presente contratação, que consiste na aquisição de televisores de grande formato para utilização em ambientes institucionais do Tribunal.

2.3. Assim, verifica-se a aderência da contratação ao planejamento institucional previamente aprovado, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, não havendo óbice à sua regular instrução e prosseguimento.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III, da Lei n. 14.133/2021):

3.1. Para atendimento da necessidade administrativa identificada neste Estudo Técnico Preliminar, os equipamentos a serem adquiridos deverão atender a requisitos técnicos mínimos que assegurem sua plena adequação ao uso institucional, garantindo desempenho compatível com as atividades desenvolvidas, durabilidade, qualidade de imagem e integração com os recursos tecnológicos já existentes no Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

3.2. Nesse sentido, somente serão admitidas propostas que contemplem equipamentos novos, de primeiro uso, fabricados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e que atendam integralmente às especificações técnicas a serem detalhadas no Termo de Referência, as quais serão definidas com base em padrões usuais de mercado, de modo a não restringir indevidamente a competitividade do certame.

3.3. Os televisores deverão possuir características compatíveis com ambientes institucionais de reunião e apoio técnico, especialmente no que se refere ao tamanho do display, à qualidade de resolução, à nitidez da imagem, à capacidade de reprodução de conteúdos multimídia e à conectividade com diferentes dispositivos, tais como computadores, sistemas de videoconferência e outros equipamentos utilizados nas rotinas administrativas.

3.4. A solução deverá assegurar adequada visibilidade do conteúdo exibido em ambientes de médio e grande porte, possibilitando a visualização simultânea por múltiplos usuários, sem prejuízo da qualidade da imagem, fator essencial para a análise de dados, apresentações técnicas e atividades de apoio à tomada de decisão.

3.5. Deverá, ainda, garantir compatibilidade com os padrões de energia elétrica adotados pela Administração, bem como contemplar interfaces de conexão amplamente utilizadas no mercado, de modo a permitir sua utilização de forma imediata, sem necessidade de adaptações ou aquisições complementares que possam comprometer a eficiência da contratação.

3.6. A contratada deverá assegurar garantia mínima compatível com as práticas de mercado para bens dessa natureza, bem como o adequado suporte para correção de eventuais falhas de fabricação, de modo a preservar a continuidade do uso dos equipamentos e mitigar riscos de indisponibilidade.

3.7. A definição detalhada das especificações técnicas, incluindo parâmetros de desempenho, conectividade, resolução e demais características essenciais, será apresentada no Termo de Referência, a partir de levantamento de mercado e análise das soluções disponíveis, garantindo-se a observância dos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.8. Adicionalmente, a contratação deverá observar, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade, especialmente no que se refere à eficiência energética dos equipamentos e à conformidade com normas ambientais pertinentes, em consonância com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE (art. 18, §1º, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021):

4.1. A estimativa das quantidades dos equipamentos objeto da presente contratação foi definida com base na demanda formal apresentada pela unidade requisitante, considerando a necessidade de aparelhamento de ambientes institucionais destinados à realização de reuniões técnicas e atividades de apoio à análise e à tomada de decisão.

4.2. O quantitativo previsto corresponde à aquisição de **2 (duas) televisões de 98 polegadas**, destinadas a ambientes distintos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conforme indicado nos documentos que instruem a fase de planejamento da contratação.

4.3. A definição do quantitativo considerou a necessidade de equipar, de forma adequada e independente, cada um dos ambientes institucionais indicados, não sendo tecnicamente viável o compartilhamento do equipamento, tendo em vista a simultaneidade das atividades desenvolvidas e a natureza das funções desempenhadas em cada unidade.

4.4. A estimativa adotada mostra-se compatível com a necessidade administrativa identificada, não havendo indícios de superdimensionamento ou subdimensionamento do objeto, uma vez que o

quantitativo foi definido de forma objetiva, com base na destinação específica dos equipamentos e na utilização efetiva prevista pela Administração.

4.5. Ressalta-se que, por se tratar de aquisição de bens permanentes de uso específico e localização definida, não se aplica lógica de consumo contínuo ou formação de estoque, sendo o quantitativo estritamente vinculado à necessidade de aparelhamento dos ambientes institucionais identificados.

5. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO (art. 18, §1º, inciso V, da Lei n. 14.133/2021):

5.1. Com vistas à definição da solução mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada, foi realizado levantamento preliminar das alternativas disponíveis no mercado para fornecimento de equipamentos audiovisuais de grande formato, especialmente televisores com dimensões compatíveis com ambientes institucionais de médio e grande porte.

5.2. Verificou-se que o mercado fornecedor dispõe de ampla variedade de fabricantes e fornecedores especializados na comercialização de televisores de grande formato, incluindo modelos com dimensões superiores a 90 polegadas, dotados de tecnologias avançadas de imagem, conectividade e integração com sistemas digitais, sendo tais equipamentos amplamente utilizados em ambientes corporativos, educacionais e institucionais.

5.3. Os equipamentos pretendidos apresentam características padronizadas e amplamente conhecidas no mercado, sendo possível descrever suas especificações técnicas por meio de requisitos objetivos de desempenho, qualidade de imagem, conectividade e dimensões, sem a necessidade de indicação de marca ou modelo específico.

5.4. Dessa forma, os bens objeto da contratação enquadram-se no conceito de bens comuns, nos termos da legislação aplicável, uma vez que seus padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, possibilitando a realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica.

5.5. Durante o levantamento de mercado, foram consideradas, em linhas gerais, as seguintes alternativas para atendimento da necessidade administrativa:

5.5.1. aquisição de televisores de grande formato (aproximadamente 98 polegadas), com tecnologia integrada de exibição de imagem e recursos de conectividade;

5.5.2. aquisição de painéis profissionais (displays comerciais ou monitores corporativos de grande formato), destinados a uso intensivo em ambientes institucionais;

5.5.3. contratação de soluções integradas de videowall, compostas por múltiplos painéis modulares para formação de uma única superfície de exibição.

5.6. A alternativa consistente na aquisição de televisores de grande formato mostrou-se mais adequada ao atendimento da necessidade da Administração, por apresentar melhor relação entre custo e benefício, facilidade de instalação, operação simplificada e plena aderência às funcionalidades exigidas para os ambientes institucionais indicados.

5.7. As soluções baseadas em painéis profissionais ou videowall, embora tecnicamente viáveis, apresentam maior complexidade de instalação, custos significativamente superiores e necessidade de infraestrutura específica, o que não se mostra proporcional à necessidade identificada, caracterizando-se como solução superdimensionada para o caso concreto.

5.8. A solução selecionada permite atender de forma eficiente às demandas institucionais, garantindo qualidade adequada de exibição, compatibilidade com equipamentos existentes e facilidade de utilização pelos usuários, sem impor custos adicionais desnecessários à Administração.

5.9. Ademais, a ampla disponibilidade desses equipamentos no mercado fornecedor contribui para a ampliação da competitividade do certame, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021):

6.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços estruturada, documentada em Orçamento Estimativo próprio, constante dos autos, observando-se os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma supletiva, as diretrizes do Decreto Estadual nº 9.900/2021.

6.2. Para a composição da estimativa, foram considerados preços praticados em contratações públicas similares, obtidos no sistema Compras.gov.br/PNCP, envolvendo a aquisição de televisores de 98 polegadas por órgãos e entidades da Administração Pública, bem como a análise crítica da aderência dos registros encontrados ao objeto pretendido.

6.3. A pesquisa de preços identificou valores unitários diversos, com variação decorrente de diferenças de especificações, marcas, tecnologias e condições contratuais. Após a consolidação dos dados, foram apurados os seguintes indicadores estatísticos: menor preço de R\$ 2.156,83, maior preço de R\$ 30.800,00, média de R\$ 14.797,70 e mediana de R\$ 16.115,85.

6.4. Considerando a elevada dispersão dos valores coletados, evidenciada por coeficiente de variação superior a 50%, adotou-se a mediana como critério de definição do valor estimado, por se tratar de medida estatística menos sensível a valores extremos e mais adequada à representação do comportamento central dos preços válidos.

6.5. Na análise crítica da pesquisa, foram desconsiderados valores referentes a equipamentos de menor dimensão, tais como televisores de 50", 55" e 65", bem como valores com escopo significativamente distinto ou sem aderência técnica mínima ao objeto pretendido, a fim de evitar distorções na estimativa.

6.6. Assim, o valor unitário estimado para cada televisor de 98 polegadas foi fixado em R\$ 16.115,85, correspondente à mediana dos preços válidos e aderentes ao objeto da contratação.

6.7. Considerando o quantitativo de 2 (duas) unidades, o valor total estimado da contratação corresponde a R\$ 32.231,70, conforme memória de cálculo e documentação de suporte constantes do Orçamento Estimativo anexado aos autos.

6.8. O valor estimado deverá servir como parâmetro para julgamento das propostas na fase externa da licitação, sem prejuízo da obtenção de proposta mais vantajosa no curso do certame.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII, da Lei n. 14.133/2021):

7.1. A solução proposta consiste na aquisição de televisores de grande formato (98 polegadas), destinados ao atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, especialmente para utilização em ambientes de reuniões técnicas e espaços de apoio à análise e apresentação de informações.

7.2. O objeto contempla o fornecimento de equipamentos completos, novos e em pleno funcionamento, com recursos de exibição de imagem em alta resolução, conectividade com dispositivos diversos e funcionalidades compatíveis com as demandas institucionais, permitindo a reprodução de conteúdos multimídia, apresentações e sistemas utilizados nas rotinas administrativas.

7.3. A solução abrange o fornecimento integral dos equipamentos, incluindo todos os componentes necessários ao seu funcionamento, tais como cabos, controles e demais acessórios usuais, devendo os produtos ser entregues em condições adequadas de uso, prontos para instalação e operação no ambiente institucional.

7.4. A utilização dos equipamentos permitirá a adequada visualização de conteúdos por múltiplos usuários simultaneamente, contribuindo para a melhoria da qualidade das reuniões técnicas, da análise de dados e da comunicação interna, com reflexos diretos na eficiência das atividades desempenhadas pelas unidades demandantes.

7.5. A solução apresenta natureza de fornecimento de bem permanente, não contínuo, com entrega imediata após a contratação, não envolvendo prestação de serviços continuados ou complexidade operacional relevante, o que contribui para a simplificação da execução contratual e da gestão administrativa.

7.6. A escolha da solução baseou-se na análise das alternativas disponíveis no mercado, tendo sido identificada como a opção mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, por atender integralmente à necessidade da Administração com menor custo e menor complexidade quando comparada a soluções mais robustas, como painéis profissionais ou videowall.

7.7. A solução adotada permite ampla competitividade no certame licitatório, uma vez que os equipamentos possuem características padronizadas e ampla disponibilidade no mercado fornecedor, possibilitando a participação de diversos fornecedores e a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

7.8. A execução da contratação não demanda adaptações estruturais relevantes, podendo os equipamentos ser instalados nos ambientes institucionais com os recursos já disponíveis, o que reforça a viabilidade técnica e operacional da solução proposta.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO ou NÃO PARCELAMENTO (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021):

8.1. O objeto da presente contratação consiste na aquisição de televisores de grande formato, caracterizando-se como fornecimento de bens permanentes padronizados, com especificações técnicas homogêneas e finalidade de uso específica e previamente definida.

8.2. No presente caso, após análise técnica realizada pela equipe de planejamento, verificou-se que a melhor abordagem para a contratação é o não parcelamento do objeto, com adjudicação em item único, tendo em vista que os bens a serem adquiridos são idênticos entre si e não apresentam autonomia funcional que justifique sua divisão em itens ou lotes distintos.

8.3. A aquisição conjunta das unidades mostra-se mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, por permitir ganho de escala, simplificação do processo de contratação e uniformidade dos equipamentos a serem utilizados nos ambientes institucionais, facilitando a operação, a padronização e a eventual manutenção. Ademais, o não parcelamento não compromete a competitividade do certame, considerando a ampla disponibilidade do objeto no mercado fornecedor.

8.4. No que se refere ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, registra-se que a presente contratação não será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte, nem haverá cota reservada, tendo em vista as peculiaridades do objeto e a necessidade de preservação da ampla competitividade do certame.

8.5. A contratação possui valor estimado de R\$ 32.231,70, inferior ao limite de R\$ 80.000,00 previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006. Todavia, no caso concreto, a destinação exclusiva do certame a microempresas e empresas de pequeno porte não se mostra recomendável, diante das características do mercado fornecedor e da necessidade de assegurar disputa efetiva para equipamentos de grande formato, com especificações compatíveis com televisores de 98 polegadas.

8.6. A pesquisa de preços constante dos autos foi realizada a partir de contratações públicas similares extraídas do sistema Compras.gov.br/PNCP, envolvendo diferentes órgãos e entidades públicas. Os registros utilizados demonstram a existência de variação significativa de preços e de especificações, com necessidade de análise crítica para afastamento de equipamentos de menor dimensão ou sem aderência técnica mínima ao objeto pretendido.

8.7. Considerando que o objeto envolve televisores de grande formato, com menor oferta quando comparado a equipamentos de dimensões usuais, a restrição da disputa exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte poderia reduzir o universo de potenciais fornecedores, comprometer a competitividade e dificultar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.8. Além disso, o objeto será adjudicado em item único, correspondente à aquisição de 2 (duas) unidades idênticas, não havendo quantitativo ou divisão técnica que permita a instituição de cota reservada sem comprometer a padronização da solução, a simplificação da execução contratual e a gestão do fornecimento.

8.9. Dessa forma, a não adoção da destinação exclusiva ou de cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte encontra fundamento nas características específicas do objeto, na pesquisa de preços realizada, na necessidade de preservação da competitividade e na busca da proposta mais vantajosa, sem prejuízo da participação de ME/EPP no certame, desde que atendidas as condições de habilitação e as especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatório.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, inciso IX, da Lei n. 14.133/2021):

9.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar a disponibilização de equipamentos audiovisuais adequados para suporte às atividades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, especialmente no que se refere à realização de reuniões técnicas, apresentações e análise de informações em ambientes que demandam visualização ampliada de conteúdo.

9.2. Com a aquisição dos equipamentos, espera-se aprimorar a qualidade da comunicação interna, possibilitando a exposição clara e eficiente de dados, relatórios, painéis e demais conteúdos utilizados no desempenho das atividades administrativas e finalísticas.

9.3. A disponibilização de televisores de grande formato contribuirá para a melhoria da eficiência das reuniões institucionais, favorecendo a participação simultânea dos usuários, a compreensão das informações apresentadas e o suporte à tomada de decisão.

9.4. A contratação também permitirá a padronização dos recursos audiovisuais nos ambientes institucionais contemplados, reduzindo limitações atualmente existentes e promovendo melhores condições de trabalho aos servidores e colaboradores envolvidos nas atividades técnicas.

9.5. Ademais, a solução adotada contribui para o uso mais eficiente dos recursos públicos, ao possibilitar a aquisição de equipamentos compatíveis com as necessidades identificadas, evitando soluções superdimensionadas ou inadequadas, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

9.6. Diante do exposto, espera-se que a contratação resulte em melhoria das condições operacionais dos ambientes institucionais, incremento da qualidade das atividades desenvolvidas e maior efetividade no cumprimento das atribuições do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X, da Lei n. 14.133/2021):

10.1. Não serão necessárias providências prévias à celebração do contrato decorrente da presente demanda.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS (art. 18, §1º, inciso XI, da Lei n. 14.133/2021):

11.1. Não será necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, inciso XII, da Lei n. 14.133/2021):

12.1. Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verificam impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a contratada atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental já abordada nos requisitos da contratação neste estudo.

13. ADEQUAÇÃO DO OBJETO À NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei n. 14.133/2021):

13.1. Este Estudo Técnico Preliminar avaliou a viabilidade do objeto considerando seus aspectos técnicos, operacionais e econômicos, e verificando se a contratação agrega valor à instituição, se está alinhada ao planejamento estratégico e se os recursos serão bem utilizados, tudo com foco na resolução da necessidade administrativa. Com respostas assertivas aos questionamentos, os estudos indicam que a solução é viável e alinhada aos objetivos estratégicos do TCE-GO.

14. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

14.1. Conforme o inciso XII, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- **Integrante requisitante:** Silvio Rubens de Souza Valadão;
- **Integrante técnico:** Silvio Rubens de Souza Valadão;
- **Integrante administrativo:** Suellen Carina Lopes de Queiroz.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 25 de junho de 2026.

SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO nº 202600047001328

ANEXO II

MAPA DE RISCOS

MAPA DE RISCOS

Dados do Processo:

Objeto:	Aquisição de 2 (duas) televisões de 98 polegadas , destinadas ao atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, sendo uma para a sala de reuniões da Secretaria de Controle Externo e outra para a Diretoria de Obras e Serviços de Engenharia.
----------------	--

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A identificação dos riscos apresentados neste documento considerou apenas aqueles que possuem relevância prática e potencial impacto sobre o objeto da contratação. Em observância às boas práticas de gestão de riscos e ao princípio da materialidade, foram registrados exclusivamente os riscos plausíveis, com possibilidade real de ocorrência e que exigem medidas preventivas e/ou de contingência. A inclusão de riscos irrelevantes ou hipotéticos foi evitada, de modo a garantir clareza, objetividade e foco na efetiva gestão da contratação.

Risco 01:	Baixa utilização do equipamento		
Categoria:	Operacional		
Risco 01:			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Criticidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano(s): Uso ineficiente do bem público, com prejuízo à economicidade.			

Ação(ões) Preventiva(s): Planejamento adequado da destinação e utilização dos equipamentos pelas unidades demandantes.		Responsável: Secretaria de Controle Externo
Prazo: Permanente		
Ação(ões) de Contingência: Realocação dos equipamentos para outros ambientes institucionais que demandem sua utilização.		Responsável: Diretoria de Administração

Risco 02:		Especificações técnicas inadequadas		
Categoria:		Técnico		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto	
Criticidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta	
Dano(s): Aquisição de equipamento com desempenho inferior ao necessário, comprometendo a utilização em reuniões e apresentações institucionais.				
Ação(ões) Preventiva(s): Elaboração do Termo de Referência com base no Estudo Técnico Preliminar, com definição clara e suficiente das especificações técnicas, sem direcionamento indevido.			Responsável: Serviço de Material e Patrimônio	
Prazo: Antes da publicação do instrumento convocatório				
Ação(ões) de Contingência: Avaliação técnica do equipamento entregue e, se necessário, aplicação das sanções contratuais ou substituição do produto.			Responsável: Diretoria de Administração	

Risco 03:	Pesquisa de preços inadequada
------------------	-------------------------------

Categoria:	Financeiro		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Criticidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano(s): Estimativa de preços incompatível com o mercado, podendo resultar em contratação antieconômica ou licitação fracassada.			
Ação(ões) Preventiva(s): Realização de pesquisa de preços com múltiplas fontes, incluindo PNCP, fornecedores e plataformas especializadas, com análise crítica dos dados coletados.			Responsável: Diretoria de Administração
Prazo: Antes da formalização da contratação.			
Ação(ões) de Contingência: Revisão da pesquisa de preços e reavaliação do orçamento estimado, caso as propostas apresentadas sejam incompatíveis com o mercado.			Responsável: Serviço de Contratações

Risco 04:	Entrega de equipamento em desconformidade		
Categoria:	Técnico / Operacional		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Criticidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano(s): Recebimento de equipamento incompatível com as especificações exigidas.			
Ação(ões) Preventiva(s): Definição clara das especificações no Termo de Referência e realização de recebimento técnico adequado.			Responsável: Diretoria de Administração /

	Secretaria de Controle Externo
Prazo: Durante o recebimento	
Ação(ões) de Contingência: Recusa do objeto e exigência de substituição, conforme cláusulas contratuais.	Responsável: Diretoria de Administração

Risco 05:	Atraso na entrega dos equipamentos		
Categoria:	Operacional		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Criticidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano(s): Atraso na disponibilização dos equipamentos e prejuízo ao uso institucional.			
Ação(ões) preventiva(s): Previsão contratual de prazo de entrega claro, com aplicação de penalidades em caso de descumprimento.			Responsável: Diretoria Administração
Prazo: Durante a contratação			
Ação(ões) de Contingência: Aplicação de sanções contratuais e eventual substituição do fornecedor.			Responsável: Diretoria Administração

Risco 06:	Licitação deserta ou fracassada		
Categoria:	Estratégico / Econômico		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta

Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Criticidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano(s): Atraso na aquisição e no atendimento das demandas institucionais.			
Ação(ões) preventiva(s): Definição de requisitos técnicos proporcionais e compatíveis com o mercado, além de ampla divulgação do certame.			Responsável: Diretoria de Administração
Prazo: Antes da publicação do instrumento convocatório.			
Ação(ões) de Contingência: Revisão dos requisitos técnicos e do valor estimado, com eventual republicação do certame.			Responsável: Diretoria de Administração

IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Conforme o inciso XII, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos seguintes servidores:

- Integrante requisitante: Silvio Rubens de Souza Valadão
- Integrante técnico: Silvio Rubens de Souza Valadão
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 09 de abril de 2026.

SILVIO RUBENS DE SOUZA VALADÃO
CHEFE DE SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO nº 202600047001328

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a', da Lei n. 14.133/2021)

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a aquisição de **2 (duas) televisões de 98 polegadas**, destinadas ao atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, sendo uma para a sala de reuniões da Secretaria de Controle Externo e outra para a Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que os equipamentos possuem características compatíveis com a finalidade institucional a que se destinam, sendo necessários para a adequada visualização de informações em ambientes de reuniões e atividades técnicas, não apresentando atributos excessivos ou desnecessários à Administração.

1.4. O fornecimento será realizado em remessa única, com entrega integral dos bens, na forma prevista neste Termo de Referência.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, prazo suficiente para a entrega, recebimento do objeto e acompanhamento das obrigações decorrentes da garantia mínima exigida neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Televisor de 98 polegadas, Smart TV, resolução mínima 4K, conectividade compatível com uso institucional, conforme especificações deste Termo de Referência	Unidade	2	R\$ 16.115,85	R\$ 32.231,70

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou a necessidade de aquisição de equipamentos audiovisuais destinados ao suporte de atividades institucionais, especialmente reuniões técnicas,

apresentações e análise de informações em ambientes que demandam visualização ampliada de conteúdo.

2.2. A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conforme nº PNCP 60, classificado na natureza de despesa 4.4.90.52.14 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto (materiais de investimento), vinculado à unidade demandante Serviço de Material e Patrimônio.

2.3. O Estudo Técnico Preliminar evidenciou a viabilidade técnica, operacional e econômica da solução adotada, bem como a adequação da aquisição pretendida como alternativa mais vantajosa para a Administração.

2.4. O quantitativo estimado decorre da necessidade de aparelhamento de ambientes institucionais específicos, conforme demanda formalizada pela unidade requisitante, não havendo indícios de superdimensionamento ou subdimensionamento do objeto.

3. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei n. 14.133/2021)

3.1. A solução consiste na aquisição de televisores de grande formato (98 polegadas), destinados ao atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, especialmente para utilização em ambientes de reuniões técnicas e espaços de apoio à análise e apresentação de informações.

3.2. O objeto contempla o fornecimento de equipamentos novos, de primeiro uso, completos e em pleno funcionamento, incluindo todos os acessórios necessários à sua adequada utilização, tais como cabos, controles remotos e demais componentes usuais.

3.3. A solução abrange o fornecimento integral dos equipamentos, incluindo transporte, entrega e garantia, devendo os bens ser disponibilizados em condições adequadas de uso, aptos para instalação e operação no ambiente institucional.

3.4. Os equipamentos deverão possuir recursos de exibição de imagem em alta resolução, conectividade com dispositivos diversos e funcionalidades compatíveis com as demandas institucionais, permitindo a reprodução de conteúdos multimídia, apresentações e sistemas utilizados nas rotinas administrativas..

3.5. A solução adotada considera todo o ciclo de vida do objeto, incluindo fornecimento, utilização e suporte durante o período de garantia, assegurando a continuidade do uso e a mitigação de riscos de indisponibilidade.

3.6. A aquisição pretendida apresenta natureza de fornecimento de bem permanente, não contínuo, com entrega em parcela única, não envolvendo prestação de serviços continuados, o que contribui para a simplificação da execução contratual.

3.7. A solução mostra-se adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, atendendo integralmente à necessidade da Administração, com melhor relação custo-benefício quando comparada a soluções alternativas disponíveis no mercado.

3.8. No que for cabível, devem ser observadas as diretrizes da Resolução Administrativa nº 25/2024, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd', da Lei n. 14.133/2021)

A presente contratação visa garantir que a solução a ser fornecida atenda integralmente às necessidades da Administração, observando-se os seguintes requisitos:

- I. Os equipamentos deverão possuir dimensões compatíveis com televisores de grande formato (98 polegadas), com tecnologia de exibição de imagem em alta resolução, no mínimo 4K, adequada para ambientes institucionais de médio e grande porte.
- II. Deverão apresentar qualidade de imagem compatível com atividades de apresentação, análise de dados e reuniões técnicas, assegurando nitidez, brilho e contraste adequados à visualização simultânea por múltiplos usuários.
- III. Os equipamentos deverão possuir interfaces de conectividade compatíveis com os padrões de mercado, incluindo, no mínimo, entradas HDMI e conexão sem fio (Wi-Fi), de modo a permitir a integração com computadores, sistemas de videoconferência e demais dispositivos utilizados pela Administração.
- IV. Deverão ser compatíveis com a rede elétrica padrão adotada pelo Tribunal, dispensando a necessidade de adaptações adicionais para sua utilização.
- V. Os equipamentos deverão ser fornecidos completos, com todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, incluindo controle remoto, cabos e manuais.
- VI. Deverão ser fornecidos equipamentos novos, de primeiro uso, em linha de produção, não sendo admitidos produtos reconicionados, remanufaturados ou de mostruário.
- VII. Deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

O(s) bem(ns) entregue(s) deverá(ão) ser novo(s), sem uso anterior, e estar estritamente de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e', da Lei n. 14.133/2021)

Após a assinatura do contrato pelas partes, encaminhado em meio digital, o prazo máximo para a entrega dos bens será de até **15 (quinze) dias corridos**.

Os bens deverão ser entregues em **remessa única e integral**.

A entrega dos bens deverá ser realizada no edifício-sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizado na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO, no Serviço de Material e Patrimônio, aos cuidados do Sr. Silvio Rubens de Souza Valadão, telefone (62) 3228-2600, entre 8:00-12:00 / 14:00-17:30.

Todas as despesas relativas ao fornecimento dos bens, incluindo transporte, carga, descarga, seguros e quaisquer outros custos envolvidos, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.5.2. Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, poderão ser aplicadas, conforme a natureza e a gravidade da infração:

I – Advertência, nos casos de descumprimento de obrigações contratuais de menor potencial ofensivo, que não resultem em prejuízo relevante à execução do objeto;

II – Multa moratória, no percentual de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia útil de atraso injustificado na entrega dos bens, limitada a 10% (dez por cento) do valor total contratado;

III – Multa compensatória, no percentual de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, entrega de bens em desconformidade com as especificações contratadas, recusa injustificada de substituição de equipamentos defeituosos ou descumprimento de obrigação contratual grave;

IV – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo legal, nas hipóteses de inexecução total ou parcial grave do contrato, prática de infrações administrativas qualificadas ou demais situações de elevada gravidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.1.2. A aplicação das sanções observará os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e motivação, considerando-se, entre outros critérios, a gravidade da infração, a extensão do dano causado à Administração, a reincidência e os antecedentes da CONTRATADA.

GARANTIA MÍNIMA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1.3. Os bens fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor.

5.1.4. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá adotar, às suas expensas, as providências necessárias à correção de defeitos, vícios ou avarias que comprometam o funcionamento adequado dos equipamentos, mediante reparo, substituição de componentes ou substituição integral do bem, conforme o caso, no prazo máximo de **7 (sete) dias corridos**, contado da comunicação formal da Administração, salvo justificativa técnica aceita pela fiscalização.

5.1.5. A garantia abrange a correção de defeitos de fabricação e a substituição de componentes defeituosos, sem qualquer ônus para a Administração.

5.1.6. No caso de substituição do equipamento, o novo item entregue deverá possuir garantia nas mesmas condições originalmente estabelecidas.

GARANTIA CONTRATUAL

5.1.7. Nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, não será exigida garantia contratual, considerando a natureza do objeto, o baixo risco financeiro da contratação e as medidas de mitigação previstas no Mapa de Riscos e neste Termo de Referência.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.8.1. Fornecer os bens em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observando os prazos, locais e condições pactuadas, assegurando adequada

qualidade técnica, funcional e estética, bem como o atendimento às normas técnicas brasileiras aplicáveis.

5.8.1.1. Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia técnica do fabricante, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da garantia contratual prevista neste Termo de Referência.

5.8.2. Responsabilizar-se integralmente pelos bens até o seu recebimento definitivo pela CONTRATANTE, inclusive quanto a transporte, acondicionamento, carga e descarga, respondendo por eventuais danos, avarias, perdas ou extravios.

5.8.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão contratante.

5.8.4. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.8.5. Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo fixado pela Administração.

5.8.6. Atender prontamente às determinações do gestor e do fiscal do contrato, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados.

5.8.7. Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer o fornecimento do objeto ou o cumprimento dos prazos estabelecidos.

5.8.8. Corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer falhas identificadas no fornecimento do objeto.

5.8.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.8.10. Não subcontratar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da contratação.

5.8.11. Fornecer os bens devidamente embalados e protegidos, de modo a evitar danos durante o transporte e manuseio.

5.8.12. Entregar os equipamentos acompanhados de manuais de operação, preferencialmente em língua portuguesa, e demais documentos necessários ao seu uso adequado.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.9.1. Fornecer todas as informações, condições e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto.

5.9.2. Receber e conferir os bens entregues, verificando sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações, quantidades ou condições estabelecidas.

5.9.4. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas as condições contratuais.

5.9.5. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato, fixando prazo para sua correção.

5.9.6. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de gestor e fiscal designados.

5.9.7. Permitir o acesso dos representantes da CONTRATADA às dependências da Administração, quando necessário à entrega do objeto, desde que devidamente identificados.

5.9.8. Aplicar as sanções administrativas previstas na legislação e no contrato, quando cabível.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f', da Lei n. 14.133/2021)

6.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão, respectivamente, aos servidores Suellen Carina Lopes de Queiroz e Silvio Rubens de Souza Valadão, designados no inciso III do artigo 13, da Portaria nº 729/2025 do TCE-GO.

6.2. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, as quais devem ser anexadas ao processo de contratação.

6.4. O fiscal do contrato acompanhará e fiscalizará o fornecimento dos bens, cabendo-lhe:

I – anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de eventuais falhas ou defeitos;

II – informar à autoridade competente, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência;

III – comunicar formalmente à CONTRATADA as ocorrências verificadas e as medidas necessárias à perfeita execução contratual;

IV – verificar o cumprimento dos prazos de entrega e a conformidade dos bens fornecidos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

V – adotar medidas preventivas de controle, inclusive quanto à eventual suspensão da entrega de bens em desacordo com o contratado;

VI – avaliar os bens fornecidos quanto à qualidade, adequação e desempenho;

VII – exigir o cumprimento das normas técnicas, legais e especificações aplicáveis ao objeto;

VIII – realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

IX – propor a aplicação de sanções administrativas, quando cabível;

X – verificar a compatibilidade entre a quantidade e a qualidade dos bens entregues e o objeto contratado.

6.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor e do Fiscal do contrato deverão ser solicitadas ao Secretário de Administração do TCE-GO, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6.6. Além do acompanhamento e da fiscalização da entrega do objeto, o fiscal poderá, ainda, recusar o recebimento em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

6.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato (art. 120 da Lei nº 14.133/2021).

6.8. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para o TCE-GO.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’, da Lei n. 14.133/2021)

Após a entrega do objeto, para a execução do pagamento, a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal correspondente ou instrumento de cobrança equivalente e apresentá-la ao CONTRATANTE.

7.2. O objeto será recebido pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, da seguinte forma:

7.2.1. PROVISORIAMENTE, de forma sumária, pelo fiscal designado, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as exigências contratuais; e

7.2.2. DEFINITIVAMENTE, pelo fiscal designado, mediante termo detalhado, no prazo máximo de até **7 (sete) dias úteis** do recebimento provisório, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, devendo-se observar o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

7.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

7.4. Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor, acarretará o não recebimento definitivo. O servidor discriminará em termo circunstanciado as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA obrigada a tomar as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas no contrato.

7.5. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, substituindo e submetendo o objeto à nova verificação, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

- 7.6.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade, segurança e adequação do objeto contratado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do ajuste, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 7.7.** Em caso de conformidade, o servidor autorizará o pagamento, mediante o ateste da nota fiscal e emissão do aceite definitivo do objeto.
- 7.8.** O Tribunal de Contas do Estado de Goiás efetuará o pagamento **de forma integral**, após o recebimento definitivo do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, contado do ateste da Nota Fiscal pelo gestor do contrato, mediante depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA.
- 7.8.1.** No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;
- 7.8.2.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
- 7.9.** O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de ordem bancária, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo constar o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente.
- 7.10.** O Tribunal de Contas do Estado de Goiás não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.
- 7.11.** Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 7.12.** Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a adjudicatária deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal/INSS, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE".
- 7.13.** Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.1.1 Não será adotada a destinação exclusiva ou reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, por não se mostrar vantajosa para a Administração no caso concreto.

8.1.2. Será adotado o **modo de disputa aberto**, tendo em vista que o objeto possui características padronizadas e ampla disponibilidade no mercado, favorecendo a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

8.2. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de contratação de alta complexidade ou de grande vulto financeiro, sendo plenamente possível a execução do objeto por empresas atuantes no mercado de forma individual.

8.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.3.1. Considerando que o objeto desta contratação consiste na aquisição de bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, não será exigida documentação específica de qualificação técnica das licitantes.

8.3.2. A dispensa de exigência de qualificação técnica específica justifica-se em razão da baixa complexidade do objeto, da entrega em remessa única, da possibilidade de aferição objetiva da conformidade dos bens no momento do recebimento e da existência de garantia mínima de 12 (doze) meses, mecanismos suficientes para mitigar os riscos da contratação.

8.3.3. A imposição de atestados ou documentos técnicos adicionais, no caso concreto, poderia restringir indevidamente a competitividade, sem ganho proporcional para a Administração, razão pela qual a habilitação técnica específica fica dispensada, em observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

8.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.4.1. Considerando o valor estimado da contratação, a natureza padronizada do objeto, a entrega em parcela única e o baixo risco de inadimplemento com repercussão financeira relevante, não será exigida documentação específica de qualificação econômico-financeira.

8.4.2. A exigência de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, aliada ao pagamento somente após o recebimento definitivo do objeto e à previsão de sanções administrativas em caso de inadimplemento, mostra-se suficiente para resguardar o interesse público, sendo desnecessária e desproporcional a exigência de outros requisitos econômico-financeiros no caso concreto.

8.5. HABILITAÇÕES JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.5.1. Nos moldes do art. 66, da Lei nº 14.133/2021, para fins de **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será exigido, cujos documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- e) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971; e

8.5.2. Nos moldes do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, para fins de **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será exigido:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás (art. 88, da Lei estadual nº 17.928/2012);
- i) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.6. AMOSTRA

Não será exigida amostra dos bens.

A dispensa da apresentação de amostra justifica-se em razão da natureza padronizada do objeto, amplamente disponível no mercado, sendo possível a adequada definição de suas especificações técnicas no Termo de Referência.

8.7. GARANTIA DA PROPOSTA

Não será exigida garantia da proposta, considerando o baixo valor da contratação e a baixa complexidade do objeto, em observância ao princípio da proporcionalidade.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i', da Lei n. 14.133/2021)

9.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 32.231,70 (trinta e dois mil, duzentos e trinta e um reais e setenta centavos)**, conforme custos unitários apostos no orçamento estimativo.

9.1.1. Não serão aceitas propostas cujos custos unitários e global sejam superiores aos valores estimados pela Administração.

9.1.2. Os preços estimados especificados neste Termo de Referência, unitários e global, correspondem aos preços máximos pelos quais o objeto poderá ser adjudicado, não sendo admitida a adjudicação por valores superiores aos constantes neste instrumento.

9.2. O orçamento estimativo foi realizado na fase instrutória da presente contratação, tendo como data-base o dia 09 de abril de 2026.

9.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

9.4. Considerando tratar-se de fornecimento em remessa única, com prazo de entrega de até 15 (quinze) dias corridos, a aplicação de reajuste somente será admitida em hipótese excepcional, caso haja obrigação contratual pendente após o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, desde que a CONTRATADA não tenha dado causa ao atraso.

9.5. Na hipótese prevista no item anterior, o reajuste será calculado pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente sobre as obrigações remanescentes.

9.6. O pedido de reajustamento deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência contratual, sob pena de preclusão.

9.7. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.

9.8. Quando o índice de reajuste do período for negativo, caberá ao gestor do contrato promover o ajuste em favor da Administração.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei n. 14.133/2021)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação encontram-se compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, podendo ser enquadradas na seguinte classificação orçamentária: **2026.0201.01.032.4200.4215.04.15000100.90.0000**, na Natureza de Despesa **4.4.90.52.14 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto**.

10.2. Para o exercício seguinte, a despesa será alocada em dotação Orçamentária própria para o atendimento dessa finalidade, a ser consignada na lei Orçamentária Anual.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas durante a execução do contrato serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo e, ainda, conforme a Lei nº 14.133/2021, mediante formalização por escrito, conforme exigido pela legislação aplicável.

11.2. O presente instrumento obriga as partes contratantes e seus sucessores, que, na falta delas, responderão pelo seu integral cumprimento.

11.3. Independentemente de declaração expressa, a simples participação na licitação implica a aceitação das condições estipuladas neste Termo de Referência e submissão integral às normas nele contidas.

11.4. A INTERESSADA deverá indicar em sua proposta, ou encaminhar posteriormente quando solicitada, o nome completo, o cargo e o número de telefone da pessoa que ficará responsável pela execução do contrato, caso seja selecionada para a contratação.

11.5. São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

ANEXO I – ORÇAMENTO ESTIMATIVO;

12. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

12.1. Conforme o inciso XII, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- **Integrante requisitante:** Silvio Rubens de Souza Valadão;
- **Integrante técnico:** Silvio Rubens de Souza Valadão;
- **Integrante administrativo:** Suellen Carina Lopes de Queiroz.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 25 de junho de 2026.

SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO nº 202600047001328

ANEXO IV

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

1. Objeto

Aquisição de **2 (duas) televisões de 98 polegadas**, destinadas ao atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, conforme especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

2. Fundamentação

O valor da contratação foi estimado com base nos preços praticados no mercado, considerados os quantitativos definidos no Estudo Técnico Preliminar, especialmente a aquisição de 2 (duas) unidades de televisores de grande formato (98 polegadas), destinados a ambientes institucionais do Tribunal.

A estimativa levou em conta as peculiaridades do objeto — fornecimento de bem permanente, com características padronizadas e ampla disponibilidade no mercado — e foi elaborada em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como, de forma supletiva, com as diretrizes do Decreto Estadual nº 9.900/2021.

Registra-se que os requisitos técnicos adotados refletem padrões usuais de mercado, não implicando restrição à competitividade, tampouco majoração artificial de preços, assegurando que o valor estimado represente parâmetro adequado para a seleção da proposta mais vantajosa, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

3. Metodologia adotada para estimativa do valor

A estimativa do valor da contratação foi elaborada mediante a adoção de **cesta de preços**, em consonância com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes do Decreto Estadual nº 9.900/2021.

Para tanto, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- a) **contratações públicas similares**, obtidas no sistema Compras.gov.br (PNCP), envolvendo aquisição de televisores de 98 polegadas por órgãos da Administração Pública;
- b) análise de preços praticados em diferentes órgãos e entidades públicas, com objetos compatíveis quanto às características técnicas e à finalidade de uso;
- c) avaliação crítica dos dados coletados, com verificação de aderência ao objeto da contratação. Os dados foram extraídos de pesquisa estruturada, conforme relatório detalhado da pesquisa de preços.

4. Consolidação da pesquisa de preços

A pesquisa de preços identificou **diversas contratações públicas similares**, com valores unitários variando significativamente em razão de diferenças de especificações, marcas, tecnologias e condições contratuais.

Após a consolidação dos dados, foram apurados os seguintes indicadores estatísticos:

- **Menor preço:** R\$ 2.156,83
- **Maior preço:** R\$ 30.800,00
- **Média:** R\$ 14.797,70
- **Mediana:** R\$ 16.115,85

Registra-se que os valores mais baixos identificados referem-se a equipamentos com especificações distintas (televisores de menor porte), não sendo plenamente comparáveis ao objeto pretendido, razão pela qual a utilização da média simples poderia distorcer a estimativa.

5. Tratamento dos preços e metodologia de cálculo

Considerando a elevada dispersão dos valores coletados, evidenciada pelo coeficiente de variação superior a 50%, adotou-se o critério estatístico da **mediana** como parâmetro para definição do valor estimado, por ser menos sensível a valores extremos (outliers).

Foram desconsiderados, na análise crítica:

- valores referentes a televisores de menor dimensão (ex.: 50", 55", 65"), claramente incompatíveis com o objeto;
- valores com escopo significativamente distinto ou sem aderência técnica mínima.

A mediana foi calculada com base nos valores considerados aderentes ao objeto da contratação, resultando no montante de:

R\$ 16.115,85 (valor unitário estimado)

Tal metodologia está em consonância com o art. 9º do Decreto Estadual nº 9.900/2021, bem como com boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União, no sentido de mitigar distorções decorrentes de valores discrepantes.

6. Valor estimado da contratação

Considerando o quantitativo de **2 (duas) unidades**, o valor estimado da contratação corresponde a:

Valor unitário estimado: R\$ 16.115,85

Valor total estimado: R\$ 32.231,70

O valor foi apurado com base na mediana dos preços considerados válidos e aderentes ao objeto da contratação, refletindo, de forma equilibrada, os preços praticados no mercado para equipamentos com características compatíveis.

Registra-se que o valor estimado deverá servir como parâmetro para julgamento das propostas, podendo ser ajustado na fase externa da licitação, conforme as propostas efetivamente apresentadas.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Goiânia, 09 de abril de 2026.

Márcio Lemos Pinto Coelho Júnior

Assessor

Diretoria de Administração

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO nº 202600047001328

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2026

Contrato de aquisição de 02 (duas) televisões de 98 polegadas que entre si celebram o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e a empresa **XXXXX**.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 02.291.730/0001-14, com sede na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia–GO – CEP: 74.674-015, neste ato representado por seu **Presidente, Conselheiro Helder Valin Barbosa**.

CONTRATADA: [Nome da empresa contratada], inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX, localizada no (a) XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, conforme ato homologatório exarado no Despacho nº XXX, de XXXX de XXXXX de 2026, da Presidência do TCE-GO, nos autos do **Processo TCE-GO nº 202600047001328**, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a IN nº 73/2022, no que couber, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa especializada na aquisição de televisões de 98 polegadas, conforme especificações e quantitativos a seguir discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
01	Televisor de 98 polegadas, Smart TV, resolução mínima 4K, conectividade compatível com uso institucional, conforme especificações do Termo de Referência.	Unidade	02	R\$ XXXX	R\$ XXXX

VALOR TOTAL DO CONTRATO	R\$ XXXX
--------------------------------	-----------------

- 1.2. Fazem parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, independentemente da transcrição, e obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos:
- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 21/2026 e seus anexos.
 - b) Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, FORMA DE ENTREGA E GARANTIA

- 2.1. Após a assinatura deste instrumento contratual, que será encaminhado à CONTRATADA em formato digital, o prazo máximo para entrega dos bens será de até 15 (quinze) dias corridos. O retardamento no fornecimento dos itens, não justificado, considerar-se-á como infração contratual.
- 2.2. Os materiais deverão ser entregues na sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizada na Av. Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO, em horário comercial, conforme acordado com a CONTRATANTE.
- 2.3. Todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da CONTRATADA.
- 2.4. O objeto será recebido pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, da seguinte forma:
- 2.4.1. PROVISORIAMENTE, de forma sumária, pelo fiscal designado, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as exigências contratuais; e
 - 2.4.2. DEFINITIVAMENTE, pelo fiscal designado, mediante termo detalhado, no prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis do recebimento provisório, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, devendo-se observar o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.5. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 2.6. Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor, acarretará o não recebimento definitivo. O servidor discriminará em termo circunstanciado as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA obrigada a tomar as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas no contrato.
- 2.7. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, substituindo e submetendo o objeto à nova verificação, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

2.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade, segurança e adequação do objeto contratado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do ajuste, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE deverá ainda:

3.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste contrato.

3.1.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

3.1.3. Receber e conferir os bens entregues, verificando sua conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

3.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações, quantidades ou condições estabelecidas.

3.1.5. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas as condições contratuais.

3.1.6. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato, fixando prazo para sua correção.

3.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de gestor e fiscal designados.

3.1.8. Permitir o acesso dos representantes da CONTRATADA às dependências da Administração, quando necessário à entrega do objeto, desde que devidamente identificados.

3.1.9. Aplicar as sanções administrativas previstas na legislação e no contrato, quando cabível.

3.2. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a entrega do objeto contratado e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no mesmo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Além de cumprir as obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ainda:

- 4.1.1. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena execução contratual e de todos os tributos e frete incidentes sobre o objeto deste contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.
- 4.1.2. Arcar com todas as despesas de fretes caso o recebimento do objeto seja rejeitado devido a inconformidade com as condições estabelecidas neste contrato.
- 4.1.3. Manter, durante toda a execução deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.
- 4.1.4. Manter preposto, aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.
- 4.1.5. Fornecer os bens em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, observando os prazos, locais e condições pactuadas, assegurando adequada qualidade técnica, funcional e estética, bem como o atendimento às normas técnicas brasileiras aplicáveis.
- 4.1.6. Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia técnica do fabricante, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da garantia contratual prevista no Termo de Referência.
- 4.1.7. Responsabilizar-se integralmente pelos bens até o seu recebimento definitivo pela CONTRATANTE, inclusive quanto a transporte, acondicionamento, carga e descarga, respondendo por eventuais danos, avarias, perdas ou extravios.
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão contratante.
- 4.1.9. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.1.10. Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo fixado pela Administração.
- 4.1.11. Atender prontamente às determinações do gestor e do fiscal do contrato, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados.
- 4.1.12. Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer o fornecimento do objeto ou o cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 4.1.13. Corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer falhas identificadas no fornecimento do objeto.
- 4.1.14. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.15. Não subcontratar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da contratação.

4.1.16. Fornecer os bens devidamente embalados e protegidos, de modo a evitar danos durante o transporte e manuseio.

4.1.17. Entregar os equipamentos acompanhados de manuais de operação, preferencialmente em língua portuguesa, e demais documentos necessários ao seu uso adequado.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O valor do presente Contrato é de **R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXX)**, de acordo com os valores especificados na proposta de preços.

5.1.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão da entrega efetiva dos produtos.

5.2. As despesas decorrentes deste certame, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário 2026.0250.01.032.4200.4215.04.25010100.90.0000, e serão enquadradas na Natureza de Despesa 4.4.90.52.14 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto (materiais de investimento).

5.3. Para fazer face à despesa, foi emitida Nota de Empenho nº **XXXXX** pela CONTRATANTE, em **XX/XX/2026**.

5.4. Eventuais despesas a serem realizadas no exercício subsequente serão alocadas na dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada pela CONTRATANTE na respectiva Lei Orçamentária Anual.

5.5. Os preços poderão sofrer reajustamento após o interregno de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado 09/04/2026, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.5.1. O pedido de reajustamento de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

5.5.2. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento.

5.5.3. O registro da variação do valor do contrato para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

6.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão aos servidores designados no inciso III do artigo 13 da Portaria nº 729/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sendo Suellen Carina Lopes de Queiroz (Gerente de Administração), como gestora e Silvio Rubens de Souza Valadão (Chefe do Serviço de Material e Patrimônio) como fiscal.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.3. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, por não se tratar a pretensa contratação de hipótese de exceção prevista no art. 145 da Lei Federal 14.133/2021.

6.4. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA (art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações).

6.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 120 da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações).

6.6. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

6.7. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura, em 02 (duas) vias, discriminando, detalhadamente, todos os itens entregues / serviços prestados, assim como os impostos incidentes sobre os mesmos e respectivos valores.

6.8. Para o pagamento, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente atestada pelo gestor do contrato ou por um servidor por ele designado.

6.9. A liquidação e o pagamento serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia, contado do “Atesto” da Nota Fiscal pelo responsável, mediante depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA.

6.9.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

6.9.2. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.10. No ato do pagamento deverá ser comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da CONTRATADA.

6.11. A Nota Fiscal / Fatura incompleta ou que apresentar qualquer tipo de rasura ou incorreção será devolvida para substituição.

6.12. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de valores ou correção monetária.

6.13. A CONTRATADA deverá estar ciente de que o Tribunal é obrigado a efetuar a retenção, na fonte, do imposto de renda incidente sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas, com exceção das empresas que se enquadram nas hipóteses estabelecidas no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo previsto para a vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 111 da Lei nº 14.133/2021, caso o objeto não seja concluído no prazo inicialmente previsto, ressalvadas as providências cabíveis em caso de culpa da contratada.

7.1.1. Caso o presente instrumento seja assinado digitalmente, considerar-se-á como data de assinatura o dia em que for inserida a do representante legal da CONTRATANTE.

7.1.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Garantida a prévia defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) O caráter educativo da pena;
- f) O princípio da proporcionalidade;
- g) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.5. A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.1 deste contrato.

8.5.1. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

8.5.2. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “b”, “c”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

8.5.3. Será aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;

8.5.4. Poderá ser aplicada ainda multa moratória, incidente sobre a parcela de fornecimento ou serviço não realizado, nos seguintes percentuais:

a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) 0,7% (sete décimos por cento) por dia subsequente ao trigésimo.

8.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.10. A aplicação da sanção de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.11. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

8.13. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

8.14. As sanções previstas nesta Cláusula são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se os prazos e o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 13.800/2001 e na Resolução Administrativa nº 12/2025 desta Corte de Contas, que disciplina o procedimento sancionatório no âmbito do TCE-GO.

8.16. Durante a vigência do contrato, é vedado à CONTRATADA contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

8.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

9.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

9.3. A extinção do contrato poderá ocorrer por uma das formas do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Este contrato pode ser alterado segundo regime previsto nos artigos 124 a 135 da Lei nº 14.133/2021, naquilo que for cabível ao presente contrato de fornecimento, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

10.2. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes da prorrogação, se for o caso.

10.2.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da apresentação do requerimento, para decidir sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

10.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

10.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- c) Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- d) Empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1. A publicação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, será providenciada em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Justiça Estadual, no foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a prestação dos serviços objeto deste contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

13.2. Pela inexecução total ou parcial, ou ainda pelo descumprimento de qualquer das suas obrigações, estará sujeita às sanções administrativas previstas neste contrato e na legislação aplicável, cuja individualização será definida pela gravidade do ato praticado, podendo haver cumulação de sanções ou cumulação de sanções com penalidades.

13.3. Se ficar comprovado que um funcionário da CONTRATADA ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, a CONTRATANTE poderá declarar inelegível a CONTRATADA e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a atuar no presente Contrato em conformidade com a Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

14.2. Fica a CONTRATADA ciente de que o tratamento, pela CONTRATANTE, dos dados pessoais fornecidos para instruir o processo de contratação encontra amparo na Lei nº 14.133/2021 e no art. 7º, incisos II e V, e no art. 23, da Lei nº 13.709/2018.

14.3. A CONTRATADA deverá observar, na condução de suas atividades, as diretrizes estabelecidas pela Política de Segurança da Informação do TCE-GO, devendo manter a mais absoluta confidencialidade a respeito de quaisquer informações, dados, processos, modelos ou outros materiais de propriedade do TCE-GO ou de terceiros, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços objeto do contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelar estes, sob qualquer justificativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

15.2. Ao longo da execução do contrato, a CONTRATADA é obrigada a cumprir eventuais exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

15.3. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem justas e contratadas, assinam este instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Gabinete da Presidência do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, aos XXX dias do mês de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

Conselheiro Helder Valin Barbosa
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
CONTRATANTE

Nome do Representante
NOME DA EMPRESA
CONTRATADA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001328

ANEXO VI

MODELO DE PROPOSTA

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
01	Televisor de 98 polegadas, Smart TV, resolução mínima 4K, conectividade compatível com uso institucional, conforme especificações do Termo de Referência.	Unidade	02	R\$ XXXX	R\$ XXXX

VALOR TOTAL DA PROPOSTA	R\$
--------------------------------	------------

NOTA: As licitantes devem apresentar planilha orçamentária com data base referente à data de abertura das propostas.

O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato/prestar os serviços, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Tel./Fax: _____
CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____
RG nº: _____ Expedido por: _____
Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Goiânia, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO Nº 202600047001328

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada (endereço completo) _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data, **inexiste** fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, nos termos do inciso I, art. 67 da Lei 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO nº 202600047001328

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada (endereço completo) _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrita no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei de Nacional de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em conformidade com Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e previsão contida 8.no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que **não possui** em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO nº 202600047001328

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DE NÃO
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO QUE EXTRAPOLEM O LIMITE DE
ENQUADRAMENTO**

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo, **e que no ano-calendário corrente desta licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO nº 202600047001328

ANEXO X

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI PARENTESCO

(Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que **não possui** em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO nº 202600047001328

ANEXO XI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (A ser Assinada pela
Adjudicatária na Formalização Contratual)**

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 21/2026, instaurado pelo Processo nº 202600047001328, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para contratação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso minha empresa exerça uma das atividades constantes nos Anexos da Instrução Normativa do IBAMA atualizada, que verse sobre tais matérias, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Goiânia, ____ de _____ de 202X.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO nº 202600047001328

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA INTEGRAL, ENGLOBADOS OS DIREITOS TRABALHISTAS

(Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO nº 202600047001328

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E APRENDIZ

(Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que cumpre exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, mantendo esta condição durante toda a execução do contrato, tendo ciência que o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

PROCESSO nº 202600047001328

ANEXO XIV

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.
13.709/2018**

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE//DETENTORA DA ATA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, e quando for o caso da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) e CAT (Certidão de Acervo Técnico).
5. (Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
6. A LICITANTE//DETENTORA DA ATA, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar o CONTRATANTE, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.